

Área Temática: Gestão Socioambiental

PERFIL E EVOLUÇÃO DO TEMA CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: UMA METANÁLISE DOS ÚLTIMOS VINTE ANOS NOS PERIÓDICOS DA ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL

AUTORES

ROSANY CORRÊA

Faculdade Piauiense - FAP
rosanycorrea@ig.com.br

HENRIQUE CÉSAR MELO RIBEIRO

UNINOVE – Universidade Nove de Julho
hcmribeiro@hotmail.com

MAURO SILVA RUIZ

UNINOVE – Universidade Nove de Julho
maurosilvaruiz@gmail.com

RESUMO

Este estudo teve como objetivo resgatar a memória sobre conflitos socioambientais através de uma bibliometria dos artigos publicados nas Revistas *Qualis* de Administração de A1 a B2 no período 1992 a 2011. Na evolução do conhecimento, a socialização nas diversas áreas do saber, se faz necessário, ao se compartilhar através de livros e de publicações se fortalece consensos e possibilita críticas, remetendo a necessidade de dar valia ao conhecimento desenvolvido nas academias. Para tanto, a pesquisa adotou uma perspectiva exploratório-descritiva, realizada por meio de um estudo bibliométrico. Os resultados alcançados na análise dos 97 artigos sobre a temática conflitos socioambientais, permitem inferir algumas tendências e perspectivas da produção científica da área quanto evolução do tema, que a partir do ano de 2000 teve um aumento considerável de estudos, o perfil da autoria das publicações se mostrou sem consolidação de equipes de pesquisa, com às obras mais citadas sendo de autoria individual, e as IES localizadas em São Paulo possui o numero mais relevante dos estudos. Os autores com maior número de publicação são Andrade e Brito respectivamente com 4 e 3 publicações. Conclui-se assim que o tema ora investigado não atingiu ainda sua maturidade na literatura acadêmica nacional.

Palavras-chave: Conflitos Socioambientais; Bibliometria; Revistas *Qualis*.

ABSTRACT

This study aimed to rescue the memory of environmental conflicts through bibliometrics of articles published in journals *Qualis* Administration A1 to B2 in the period 1992 to 2011. In the evolution of knowledge, socialization in the various areas of knowledge, it is necessary, by sharing through books and publications reinforces it and enables critical consensus, referring to the need to gain knowledge developed in the academies. To this end, the research adopted an exploratory descriptive approach, performed through a bibliometric study. The results obtained from analysis of 97 articles on the subject environmental conflicts, allow us to infer some trends and perspectives of scientific developments in the area and theme, from

the year 2000 had a considerable increase in studies, the profile of the authorship of publications showed no consolidation of research teams with the most cited works are individually authored, and the IES located in Sao Paulo has the most number of relevant studies. Authors with the largest number of publication are, respectively, with Andrade and Brito 4 e 3 publications. It is concluded that the issue investigated herein has not reached its maturity in the academic literature nationwide.

Keywords: Environmental Conflicts; Bibliometrics; Journals Qualis.

1. INTRODUÇÃO

O tema conflitos socioambientais é recente, apesar de que os problemas ambientais veem num processo crescente, agravados pelo desenvolvimento desordenado que provoca transgressões ambientais e sociais. Os problemas decorrentes do desenvolvimento vêm se agravando a nível mundial, quando interesses divergentes acerca do uso do solo urbano ou rural, contrapõem-se em um território geograficamente definido, gerando externalidades negativas. Conflitos socioambientais podem ser considerados como a falta de entendimento entre pessoas, empresas e Estado. Para Barbanti (2012) os conflitos envolvem interesses imiscuídos que vão do individual ao coletivo numa mesma dada situação.

Conflitos ambientais são situações que envolvem denúncias de danos ambientais, situações de riscos iminentes e ou disputas que podem ser resolvidas pelas vias da negociação ou litigiosa. Little (2002) apresenta uma abordagem sobre conflitos socioambientais que vem se consolidando nas ultimas duas décadas nas ciências sociais é conhecida como ecologia política, sendo seus principais elementos: necessidade de lidar simultaneamente com as dimensões social e Biofísica; a noção de simetria epistemológica postula que as causas de um fenômeno determinado podem proceder tanto do mundo social quanto do mundo natural; ecologia política é uma metodologia na qual as relações são o foco de análise; abordagem da ecologia política requer a ampliação do marco temporal da pesquisa para tratar as temporalidades geológica (expressa em milhões de anos), biológica (milhares de anos) e social (centenas de anos) em forma conjunta; outro requerimento da ecologia política é ter uma delimitação biogeográfica adequada para contar essa história ambiental; outro método importante da ecologia política é o uso da macroanálise para contextualizar os conflitos dentro de um marco maior.

Todas as situações-problema que envolve riscos socioambientais são formas de conflitos sociais entre interesses individuais e coletivos, envolvendo a relação natureza-sociedade (ANDRADE et. al., 2003). O conflito eclode quando o sentido e a utilização de um espaço ambiental por um determinado grupo ocorrem em detrimento dos significados e dos usos que outros segmentos sociais possam fazer de seu território e, com isso, assegurar a reprodução do seu modo de vida (ZHOURI, 2008).

Situações conflitantes são complexas, pois envolvem vários atores com interesses diferentes, porém convergentes para um mesmo recurso natural ou sistema ambiental, cujos benefícios podem ser apropriados pelo homem. O desenvolvimento sustentável prevê um ambiente ecologicamente equilibrado, os conflitos devem ser remidos para que não interfiram nas relações homem/natureza.

Na base dos problemas ambientais e das soluções, encontram-se os atores sociais como produtores da natureza, do espaço urbano, da mudança social e da degradação ambiental, inclusive das obras que esconde a natureza, como no caso das avenidas sobre córregos canalizados (RUSCHEINSKY, 2010).

Uma das formas de se socializar o conhecimento é por meio da divulgação científica, os periódicos, socializados através de publicações em papel ou de forma digital. No Brasil, ainda são poucos os estudos dedicados a entender o processo de construção de mecanismos político-institucionais de regulação de conflitos socioambientais advindos de situações-problema sobre o ambiente local e a sociedade (ANDRADE, 2008), ou de conteúdos de sustentabilidade que tratam de temas, autores, referências e abordagens metodológicas (SOUZA et. al., 2011).

Ressalta-se que, até o momento não foram catalogados em periódicos nacionais na área de Administração publicação que identificassem os pesquisadores, as IES e a evolução das temáticas de conflitos socioambientais. Com o intuito de contribuir para esta lacuna, esse estudo tem a seguinte questão de pesquisa: Qual o perfil e evolução do tema conflitos

socioambientais nos periódicos da área de administração no Brasil? O objetivo geral é resgatar a memória sobre conflitos socioambientais através de uma bibliometria dos artigos publicados nas Revistas *Qualis* de Administração de A1 a B2 no período 1992 a 2011.

A relevância da pesquisa evidencia-se na medida em que o estudo bibliométrico possibilita um recorte de temas específicos e previamente identificados, que apresentem o universo de estudos desenvolvidos e publicados em periódicos nacionais.

O trabalho foi desenvolvido sob a seguinte estrutura, esta seção introdutória, a seção seguinte apresenta a fundamentação teórica, que aborda os conceitos de conflitos socioambientais e suas formas de abordagem e os estudos. Na seção terceira apresenta os procedimentos metodológicos adotados. Já a quarta seção apresenta os resultados da pesquisa, na sequência é apresentado análises e discussões dos resultados. A última seção é evidenciada as considerações finais, limitações do estudo e recomendações para novas pesquisas.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta seção apresenta a evolução do tema conflitos socioambientais ao longo dos últimos 20 anos e os estudos nacionais desenvolvidos sobre a produção acadêmica sobre a temática.

2.1 Conflitos socioambientais

Os conflitos ambientais decorrem das interações de atores que esgotam o entendimento e se confrontam na arena social, partindo para um embate de situações mal resolvidas. Durante o processo de confrontação de interesses opostos configuram-se os conflitos socioambientais, e da relação confronto-negociação entre atores sociais resultam os mecanismos de coordenação que permitem a regulação desses conflitos (ANDRADE et. al., 2003).

A crise ambiental que o mundo passa está associada ao uso nos bens naturais, o alto grau de inferência do homem ao meio natural, artificializa o meio ambiente e polui os espaços, transformando os ecossistemas de forma progressiva, gerando conflitos ambientais. Segundo Cunha (2003),

Uma tradição de uso predatório do território ao longo de nossa história é potencializada no período do pós-guerra, em que a assimilação do país ao padrão de desenvolvimento transnacional transfere para seu interior processos industriais intensivos no uso de recursos naturais e energia, e fortemente poluidores (CUNHA, p. 445, 2003).

O panorama de riscos ambientais decorre do uso indisciplinado do meio ambiente, quando o convívio entre o natural (entre natureza e pessoas ou entre as pessoas) e o artificial modificado pelo homem, surgindo a necessidade da gestão ambiental a nível pessoal, de empresas e de políticas do governo. Sánchez (1994), afirma que os instrumentos de política podem ser aplicados pelas diversas agencias governamentais com vistas a melhorar ou prevenir a degradação da qualidade ambiental.

Para Lopes (2006) todo o trabalho de construção institucional em torno do meio ambiente está permeado por conflitos sociais (entre diferentes grupos sociais desiguais relativamente aos meios e aos efeitos de poluição; e entre diferentes grupos militantes ou técnico-administrativos). Para regular o conflito, os fundamentos do acordo não podem ser buscados nas formas ou objetos sociais relativos aos atores tomados isoladamente, ao contrário, devem ser tecidos a partir do encontro ou da zona de interseção observada entre as diferentes racionalidades em jogo (ANDRADE, 2008).

Allebrandt et al. (2011) afirmam que um dos desafios da análise da democracia hoje no Brasil é tentar entender melhor as mediações entre o Estado e a sociedade civil e, para tanto, é necessário compreender os diversos arranjos e formas de participação institucionalizada que surgiram e vêm se consolidando desde os anos noventa.

Um dos mecanismos criados pelo Estado foi a criação das agências reguladoras no final da década de 90, para exercer a missão imposta pelo novo contexto dos serviços públicos, de transparência, legitimidade social e minimização dos conflitos. Para Araujo e Pires (2000), as agências reguladoras, nos diversos segmentos de serviços públicos, têm quatro atividades principais: monitorar o cumprimento das obrigações estabelecidas nos contratos de concessão; definir e aplicar o regime tarifário; regular as ações das empresas de forma a compatibilizá-las com o ambiente competitivo que se queira promover no setor em questão; arbitrar os conflitos entre os diversos agentes setoriais envolvidos.

A promulgação da Lei da Arbitragem, Lei 9.307/96, reconfigurou o compromisso arbitral, quando define que o juízo arbitral prescinde de homologação judicial. A arbitragem é um importante mecanismo para dirimir conflitos a tempo e forma, de atender o dinamismo da realidade ambiental, econômica e social. Para Araujo e Pires (2000),

Do ponto de vista formal, a tutela prestada na arbitragem diferencia-se da estatal pelo fato de ser conduzida por um agente privado escolhido de comum acordo pelas partes: o árbitro. Outra distinção importante diz respeito à liberdade conferida às partes de decidirem os critérios para a composição do conflito: se com base no direito, quando escolherão, livremente, as regras legais aplicáveis à espécie; ou com base na equidade, quando poderão se valer dos princípios gerais de direito, nos usos e costumes ou nas regras internacionais de comércio (ARAUJO, PIRES. p.21, 2000).

Mais recente a governança ambiental surge nos debates como uma possibilidade, nas ações públicas que envolvem diferentes atores, quando se trata do desenvolvimento sustentável, alinhada com participação, parcerias e negociações. Para Zhouri (2008) governança remete à idéia de gestão, inscrito na crença em um consenso inerente à noção de desenvolvimento sustentável, este consenso aposta na possível conciliação entre os interesses econômicos, ecológicos e sociais, abstraindo dessas dimensões as relações de poder que, de fato, permeiam a dinâmica dos processos sociais.

Tenório (2000), no seu estudo sobre o programa embrionário de capacitação para conselheiros municipais, referenciava a importância dos conselhos instituídos, sua capacitação e a necessidade de se sair da esfera representativa para a participativa, um ambiente onde muitas vezes opiniões se chocam, mas sempre com o objetivo final de pensar coletiva e intersetorialmente soluções para os entraves da gestão pública. Essa prática de gestão social prepara os conselhos, que são detentores de tomadas de decisão em esferas social e ambiental. Zhouri (2008) corrobora com Tenório, quando afirma que:

Os Conselhos são considerados espaços de construção de consensos, portanto, espaços apropriados para o exercício de uma boa governança. As análises nesta direção assentam-se sobre uma concepção de meio ambiente como realidade externa às relações sociais. A crise ambiental apresenta-se como uma realidade objetiva que pode ser apreendida pelo conhecimento técnico moderno, sujeita, portanto, a diagnósticos e soluções mitigadoras e compensatórias (ZHOURI, p.100, 2008).

O agravante nesse caso é quando nos conselhos ocorre o círculo vicioso do poder acerca dos recursos naturais, na forma capitalista do domínio da natureza, caracterizando a injustiça ambiental. Neste processo, as diversidades socioculturais são anuladas em função de

uma visão parcelar legitimada pela cientificação e juridificação das políticas e imposta com o propósito de representação do bem comum (ZHOURI, 2008).

A gestão social, segundo Tenório (2008), tem sido mais associada à gestão de políticas sociais ou até ambientais, do que à discussão e possibilidade de uma gestão democrática, participativa, quer na formulação de políticas públicas, quer nas relações de caráter produtivo. Ao tempo que se consolida um modelo de gestão social que mediatize as políticas sociais e ambientais na forma democrática e participativa, se fortalece a justiça ambiental. Não basta dizer que o espaço é democrático, onde todos têm direito a voz e voto, é necessário que a decisão seja coletiva, livre de coerção e que busque o entendimento, com processos baseados na transparência pública (OLIVEIRA; CANÇADO; PEREIRA, 2011).

2.2 Justiça ambiental

Ao se falar em justiça ambiental, se depara com todas as formas em que a injustiça acontece, motivada por falta de ação do Estado, pela exploração, desrespeito ao meio natural, ausência de diálogo dos atores envolvidos. A sociedade por apresentar diversas faces conflitantes do uso e da proteção do ambiente, acaba gerando problemas e posterior falta de justiça. Para Oliveira, Pereira e Oliveira (2010),

Nas últimas duas décadas, principalmente em virtude do movimento constituinte, novos meios de reconhecimento e promoção da vontade coletiva foram formalizados. Destacam-se, entre estes, referendos, plebiscitos, ações civis públicas, leis de iniciativa popular, audiências públicas, fóruns temáticos, orçamentos participativos e conselhos gestores (OLIVEIRA; PEREIRA; OLIVEIRA, 2010, p. 422).

Acselrad (2002) afirma que a noção de justiça ambiental promove uma articulação discursiva distinta daquela prevalecente no debate ambiental corrente – entre meio ambiente e escassez, a denúncia da desigualdade ambiental sugere uma distribuição desigual das partes de um meio ambiente de diferentes qualidades e injustamente dividido. O estudo de Fuks e Perissinoto (2010) considera que os constrangimentos socioeconômicos, simbólicos e políticos podem funcionar como um poderoso obstáculo à participação ou até mesmo aprofundar a desigualdade política.

Quando ocorre a exclusão social, impera a injustiça ambiental, no Brasil o crescimento da pobreza, concentração de renda, degradação ambiental, gerou quadros de exclusão que atingem grandes segmentos da população. Para Adulis e Fischer (1998) exclusão implica na falta de terra, moradia, nível mínimo de consumo, educação, capital cultural, condições de cidadão, igualdade perante a lei, respeito e todas as formas em que a agressão ao homem e ao meio ambiente.

Os problemas urbanos são reconhecidos como estratégicos, destacando o documento a especulação imobiliária, soluções de tecnologia inadequada, carências de abastecimento de água, coleta e disposição de esgotos e resíduos sólidos, bem como a ocupação urbana irregular, que expõe a população a riscos de enchentes, deslizamentos e outros ligados à deficiência de infraestrutura (CUNHA, 2003).

Brandão (2008) afirma que quanto mais homogêneos em relação ao tamanho, ao poder político e aos recursos materiais, maiores as chances de cooperação, sendo que relações assimétricas desestimulam a cooperação: os mais fracos podem duvidar que seus interesses sejam atendidos. A injustiça ambiental se estabelece quando os que mais necessitam da equidade são excluídos dela.

Como consolidar os espaços de mediações em celeiros de justiça, arenas de diálogos e construção de cidadania, enfim, um contexto de ações políticas socioambientais, sistêmicas e

participativas. Deve-se pretender, com tais políticas, a recomposição territorial por meio da ação planejada; a reconstrução de espaços públicos e dos canais institucionalizados de participação, destruídos pelas políticas neoliberais e; a criação de variadas arenas que possam aglutinar e dar vazão às diferentes reivindicações e interesses (BRANDÃO, 2008).

O processo de negociação social é definido como aquele que se trava entre os grupos de interesse, nos mais variados níveis, cujo propósito é rearranjar, modificar, reinterpretar, criar regras e normas, visando enquadrar as relações de trabalho e o espaço social (MELO, 1991). A negociação é um dos mecanismos responsável por reduzir, minimizar ou acabar com a injustiça ambiental.

Para Jacobi (2001) o principal problema que se coloca, é de construir uma ordem societária baseada na articulação da democracia política com a participação social, representada por uma maior permeabilidade da gestão às demandas dos diversos sujeitos social e políticos. Ao permitir uma articulação nas práticas de negociação, que concilie a heterogeneidade em todas as suas formas, o processo decisório democrático, tende a acabar com as injustiças socioambientais.

Sendo ainda de acordo com Jacobi (2001) o maior desafio cabe ao Estado criar os espaços públicos democráticos e plurais de articulação e participação, nos quais os conflitos se tornam visíveis e as diferenças se confrontam, enquanto base constitutiva da legitimidade dos diversos interesses em questão.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo se caracteriza como descritivo-exploratório. É descritivo por ter como objetivo apresentar a evolução das publicações científicas da temática conflitos socioambientais, e exploratório porque mapeia as publicações selecionadas, o que levou à construção de um panorama sobre a área. O objeto de estudo da pesquisa é resgatar a memória sobre conflitos socioambientais através de uma bibliometria dos artigos publicados nas Revistas *Qualis* de Administração de A1 a B2 no período 1992 a 2011.

Os estudos bibliométricos servem para mensurar e avaliar a produção científica, neste caso eles irão mensurar como se desenvolve as pesquisas no Brasil sob o tema conflitos socioambientais. Segundo Carvalho et al. (2010), a localização e mapeamento de estudos realizados permitem identificar tendências e evoluções do conhecimento científico e, assim, possibilitar o desenvolvimento de novas pesquisas.

Para Guedes e Borschiver (2005 p.15) a bibliometria é uma ferramenta estatística que permite mapear e gerar diferentes indicadores de tratamento e gestão da informação e do conhecimento, especialmente em sistemas de informação e de comunicação científicos e tecnológicos, e de produtividade, necessários ao planejamento, avaliação e gestão da ciência e da tecnologia, de uma determinada comunidade científica ou país.

Complementando a análise bibliométrica, foi utilizado a sociometria de co-autoria (FRANCISCO, 2011) de modo a entender as interações entre autores e suas respectivas IES.

O recorte para o estudo se deu entre os periódicos nacionais da área de Administração entre A1 a B2 e se propôs a levantar dados sobre: o perfil e evolução do tema por: ano e periódicos; autoria; autores com maior produção; redes de co-autoria; IES com maior produção; e rede das IES.

A Quadro 1 apresenta os periódicos pesquisados, classificação e ISSN.

| Título do Periódico | Classificação | ISSN |
|---|---------------|-----------|
| BAR. Brazilian Administration Review | A2 | 1807-7692 |
| Estudos Avançados (USP. Impresso) | A2 | 0103-4014 |
| Horizontes Antropológicos (UFRGS. Impresso) | A2 | 0104-7183 |

| | | |
|--|----|-----------|
| Psicologia & Sociedade (Online) | A2 | 1807-0310 |
| Revista Brasileira de Ciências Sociais (Impresso) | A2 | 0102-6909 |
| Revista de Administração Pública (Impresso) | A2 | 0034-7612 |
| Cadernos EBAPE.BR (FGV) | B1 | 1679-3951 |
| RAC Eletrônica | B1 | 1981-5700 |
| RAC. Revista de Administração Contemporânea (Impresso) | B1 | 1415-6555 |
| RAE (Impresso) | B1 | 0034-7590 |
| RAE Eletrônica (Online) | B1 | 1676-5648 |
| RAM. Revista de Administração Mackenzie (Impresso) | B1 | 1518-6776 |
| Estudos de Sociologia (São Paulo) | B2 | 1414-0144 |
| Organizações & Sociedade (Impresso) | B2 | 1413-585X |
| RAUSP-e (São Paulo) | B2 | 1983-7488 |
| REAd. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre. Online) | B2 | 1413-2311 |
| Revista de Administração (FEA-USP) | B2 | 0080-2107 |

Quadro 1 - Classificação dos periódicos

Fonte: Capes 2012

A coleta foi realizada artigos publicados nos periódicos nacionais no período compreendido de 1992 a 2011. A maioria das 17 revistas se encontra disponível eletronicamente, somente uma das revistas tinha parte de seus exemplares disponível em biblioteca. As palavras-chave utilizadas na busca foram: conflitos socioambientais; arbitragem; negociação ambiental e mediação ambiental. Palavras essas procuradas não de forma simultânea, no título, no resumo e nas palavras-chave.

Nesta pesquisa, como o objetivo é analisar a produção nacional sobre o tema, foi escolhida uma amostra de periódicos nacionais relevantes, utilizando a classificação Qualis, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal no Nível Superior - Capes. A listagem conhecida como Qualis é “uma lista de veículos utilizados para a divulgação da produção intelectual dos programas de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), classificados quanto ao âmbito de circulação (Local, Nacional, Internacional) e à qualidade (A, B, C), por área de avaliação” (CAPES, 2012).

Os artigos foram catalogados e analisados pro meio dos software: *Ucinet 6 for Windows* e o *Microsoft Excel*. A consolidação dos gráficos também foi realizada por meio desses *softwares*.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo se propõe a analisar e discutir os resultados dos 97 artigos sobre conflitos socioambientais da referida pesquisa. Para isso, foi subdividida a análise em 6 tópicos, que são: o perfil e evolução do tema por: ano e periódicos; autoria; autores com maior produção; redes de co-autoria; IES com maior produção; e rede das IES.

4.1. Perfil e evolução do tema por: ano e periódicos

O Gráfico 1 contempla o perfil e a evolução do tema por ano.

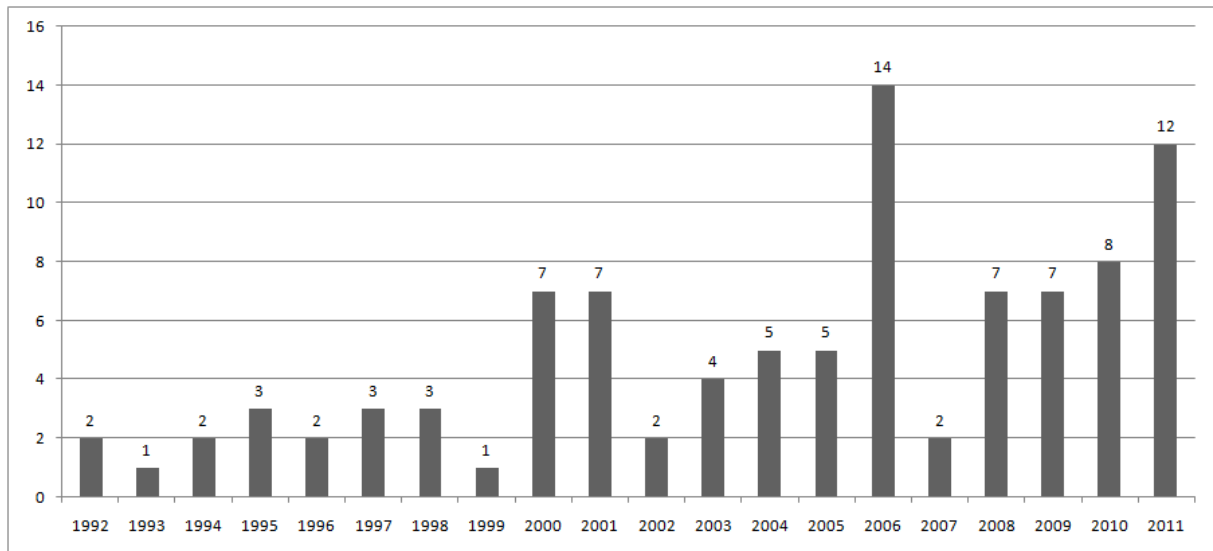


Gráfico 1: Perfil e evolução do tema por ano
Fonte: Dados da pesquisa

Constata-se que entre os anos 1992 a 1999 as produções eram incipientes, e a partir de 2000 as produções começaram a se distribuir durante os anos seguintes de forma evolutiva, sendo que, nos anos de 2002 e 2007 apresentam uma discrepância, com redução significativa. Um dos fatores que pode ter influenciado o aumento de estudos no início de 2000, pode ter sido a criação das agencias reguladoras e da Lei de Arbitragem, que formalizou mecanismos de decisões autônomas e democráticas. Chegando em 2011, com 12 publicações que representam 12,37% do total.

Já o Gráfico 2 descreve as 17 revistas pesquisas neste estudo.

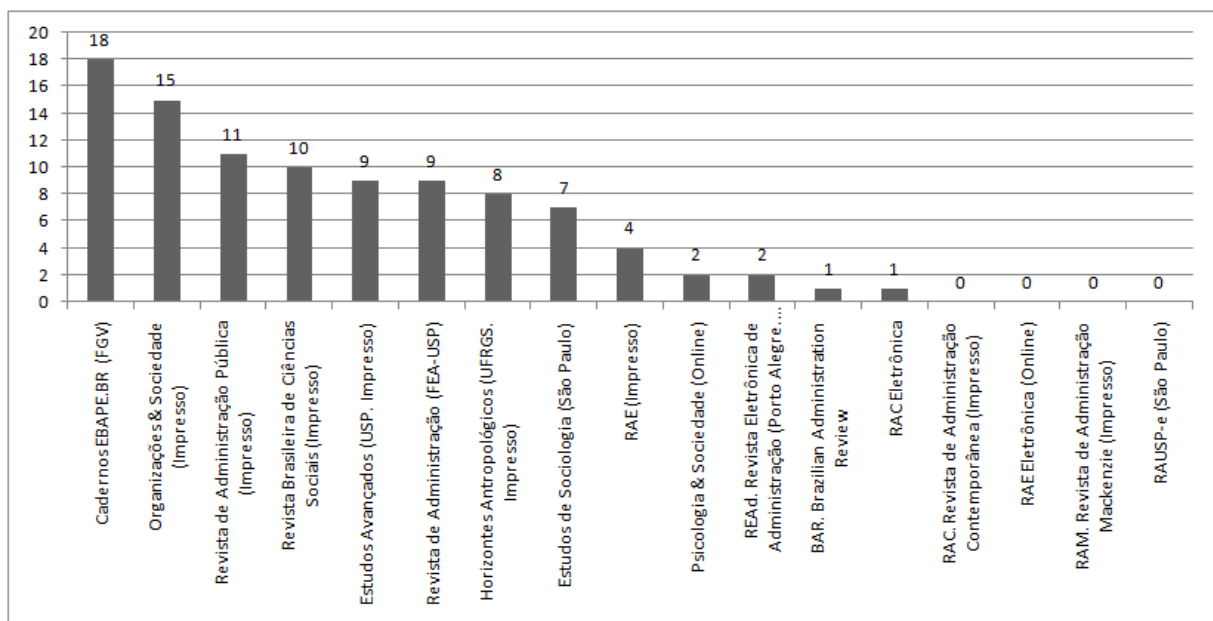


Gráfico 2: Evolução do tema por periódico
Fonte: Dados da pesquisa

Cadernos EBAPE (FGV), Organização & Sociedade (Impresso), Revista de Administração Pública (Impresso), Estudos Avançados e Revista de Administração da USP conforme Gráfico 2, se destacaram como sendo os periódicos que mais possuem autores que elaboram artigos sobre conflitos socioambientais, o que sugere que sejam os periódicos que

com maior produção acadêmica, sobre o tema, representando 74,23% do total dos artigos. Os dados deste gráfico sugerem haver uma concentração da produção acadêmica em determinados periódicos.

O Gráfico 2, também confirma o potencial dos periódicos das IES localizadas no Estado de São Paulo, com 13 dentre os 17, representando 76,47%, do total de periódicos. Não apresentando publicação sobre o tema conflitos socioambientais os periódicos Revista de Administração Contemporânea (Impresso), ERA-Eletrônica, Revista de Administração Mackenzie e RAUSP-Eletrônica.

4.2. Autoria

O Gráfico 3, mostra as características de autoria nos 97 artigos analisados.

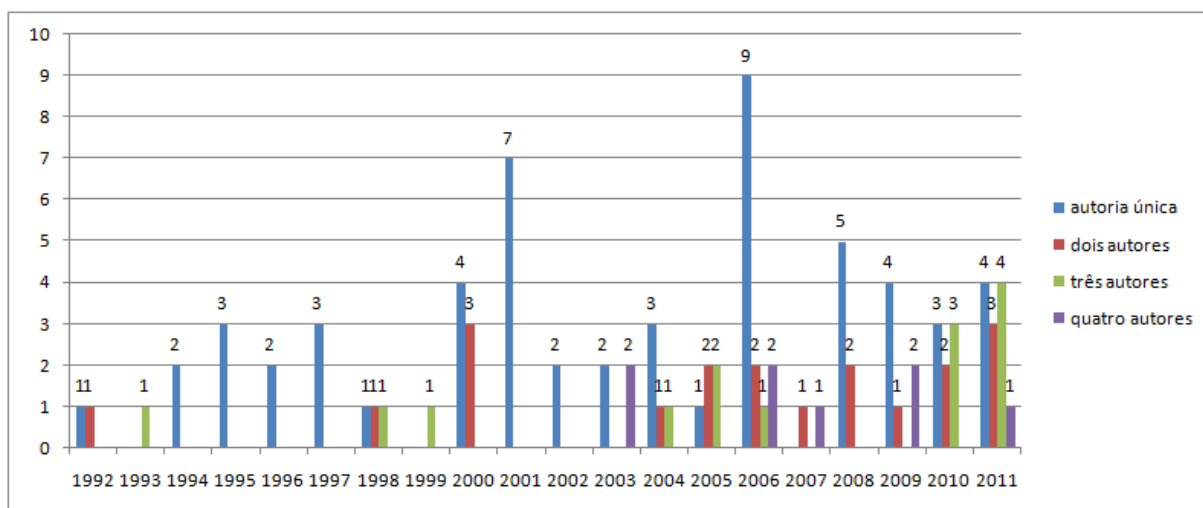


Gráfico 3: Autoria

Fonte: Dados da pesquisa

Os dados do Gráfico 3 apresentam publicações de autoria individual de forma bastante acentuada o que pode significar uma falta de consolidação de grupos de pesquisa sobre o tema, sendo que a partir de 2003 de forma tímida publicações com co-autoria começam a serem desenvolvidas.

4.3. Autores com maior produção

Já o Gráfico 4, visualiza os autores mais profícuos sobre o tema ora investigados.

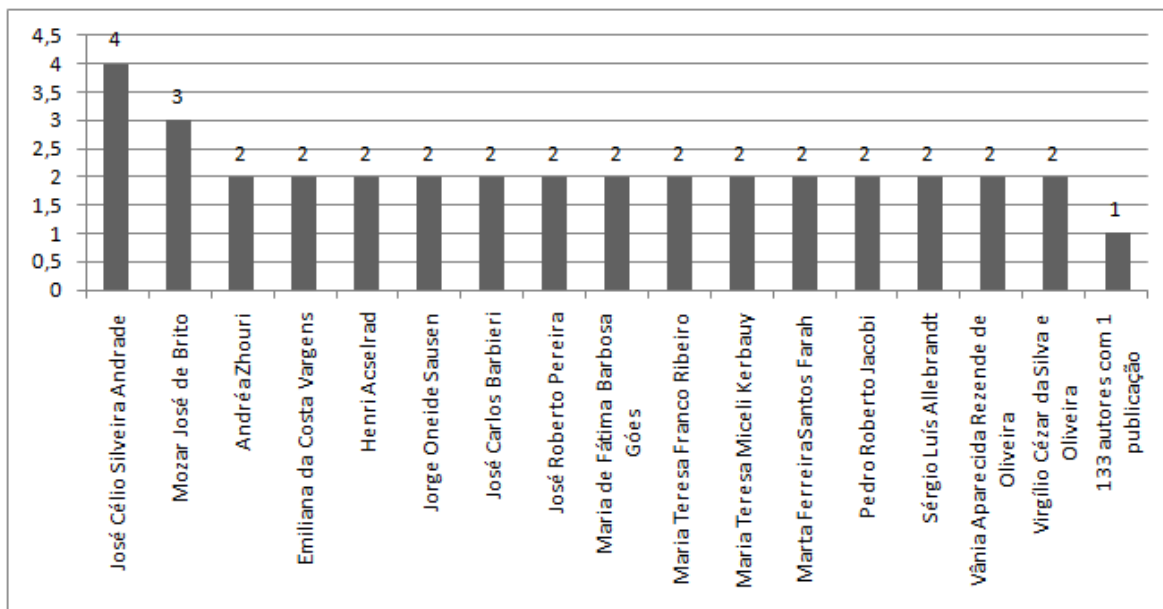


Gráfico 4: Autores que mais publicaram

Fonte: Dados da pesquisa

Conforme o Gráfico 4, os autores com maior número de publicação são Andrade e Brito respectivamente com 4 e 3 publicações, enquanto 14 autores, sendo: Zhouri, Vargens, Acelrad, Sausen, Barbieri, Pereira, Góes, Ribeiro, Kerbauy, Farah, Jacobi, Allebrandt, Oliveira, e Silva e Oliveira publicaram 2 estudos. E 133 autores publicaram apenas 1 vez, representando 89,26%, do total de autores.

4.4. Redes de co-autoria

A Figura 1 evidencia a rede de co-autoria dos 149 autores.

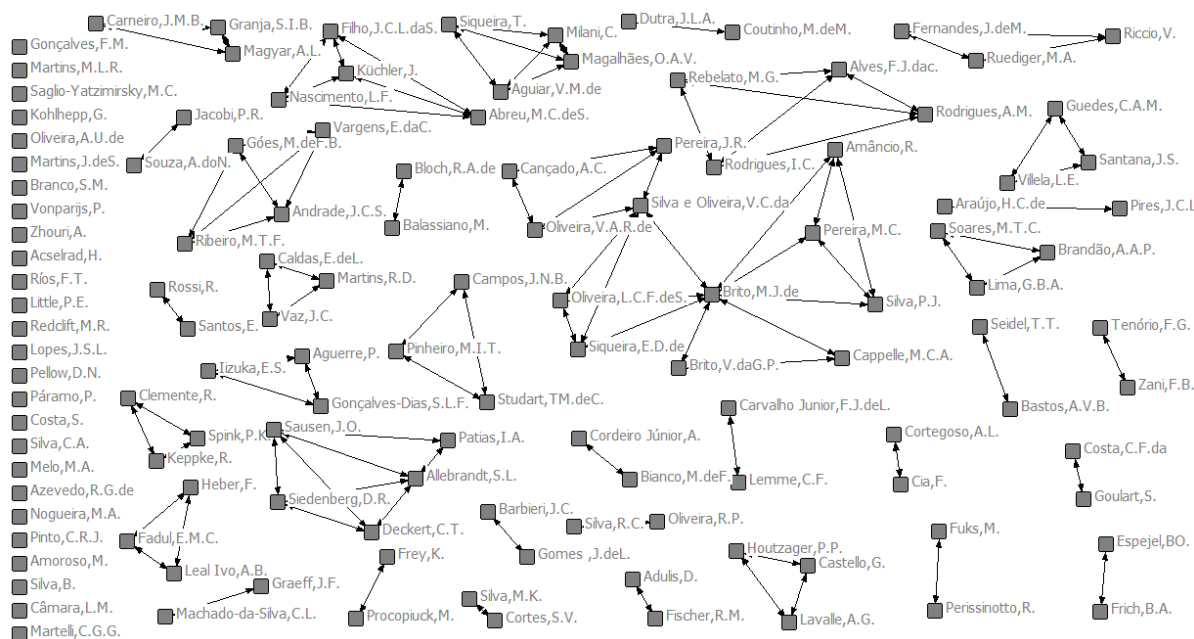


Figura 1: Redes de co-autoria

Fonte: Dados da pesquisa

Verifica-se que 26 autores não estão vinculados a redes de co-autoria. Remete-se a uma centralidade de rede liderada por 6 principais grupos, sendo que destes: 4 grupos são com 4 autores (Filho, J. C. da S., Küchler, J., Nascimento, L. F. e Abreu, M. C. de S.; Siqueira, T., Milani, C., Magalhães, O. A. V., Aguiar, M. C. de S.; Rebelato, M. G., Alves, F. J. da C., Rodrigues, I. C., Rodrigues, A. M.; e Góes, M. de F. B., Ribeiro, M. T. F., Vargens, E. da C., Andrade, J. C. S.); 1 é composto por 5 autores (Sausen, J. O., Patias, I. A., Siedenberg, D. R., Allebrandt, S. L., Deckert, C. T.) e o maior é visualizado com 12 pesquisadores (Cançado, A. C., Pereira, J. R., Oliveira, V. A. R. de, Silva e Oliveira, V. C. da, Oliveira, L. C. F. de S., Siqueira, E. D. de, Brito, V. da G. P., Amâncio, R., Pereira, M. C., Silva, P. J., Cappelle, M. C. A. e Brito, M. J. de).

Ainda analisando estes grupos em evidência, constata-se que os autores: José Célio Silveira Andrade, Mozar José de Brito, Emiliana da Costa Vargens, Jorge Oneide Sausen, Maria de Fátima Barbosa Góes, Maria Teresa Franco Ribeiro, Sérgio Luís Allebrandt, Vânia Aparecida Rezende de Oliveira e Virgílio César da Silva e Oliveira além de serem os que mais publicaram, também aparecem nestes grupos. Tal resultado mostra a importância dos grupos de pesquisa para o destaque destes autores na publicação da temática em investigação.

4.5. IES com maior produção

O Gráfico 5 apresenta as 11 principais IES deste estudos, de um total de 56 instituições.

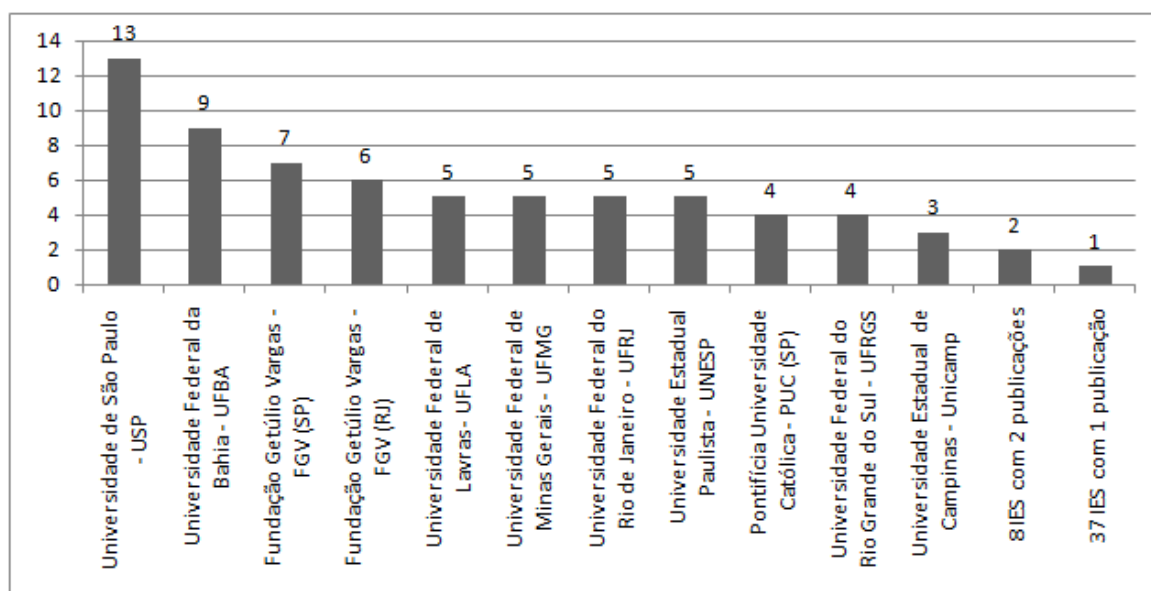


Gráfico 5: IES com maior publicação

Fonte: Dados da pesquisa

Quanto as 11 IES com maior publicação, destacam-se: a Universidade de São Paulo com 13 artigos publicados, o que representa 10,92% das publicações, conforme observado no Gráfico 5. Logo em seguida tem-se: A Universidade Federal da Bahia com 9 publicações, a Fundação Getulio Vargas (SP) com 7 e a Fundação Getulio Vargas (RJ) com 6 publicações. Em suma, das 56, a maioria publicou 1 artigo, ou seja, aproximadamente 66%.

4.6. Rede das IES

A Figura 2 mostra as redes das 56 IES deste estudo.

No que se refere a autoria, observou-se que a individual é a que se destaca com 57,73% do total dos 97 artigos investigados. Tal dado pode caracterizar uma falta de grupos de pesquisa entre 149 pesquisadores que trabalham a temática conflitos socioambientais. Salienta-se que destes 149 autores, a maioria é do gênero masculino (63,76%).

Remete-se aos autores que mais publicam sobre o tema, são eles: José Célio Silveira Andrade (4 artigos publicados) e Mozar José de Brito (com 3 publicações). Ressalta-se que somente 10,74% dos 149 autores publicaram de 2 a 4 artigos e 89,26% publicaram apenas 1 vez. Este resultado vai ao encontro no que foi contemplado na análise de co-autoria, a qual descreve uma centralidade de rede, destacando 9 dos 16 autores (56,25%) que mais publicam a temática ora investigada, são eles: José Célio Silveira Andrade, Mozar José de Brito, Emiliania da Costa Vargens, Jorge Oneide Sausen, Maria de Fátima Barbosa Góes, Maria Teresa Franco Ribeiro, Sérgio Luís Allebrandt, Vânia Aparecida Rezende de Oliveira e Virgílio César da Silva e Oliveira.

No que tange as IES que mais publicaram sobre conflitos socioambientais, ressalta-se a Universidade de São Paulo com 13 artigos em 20 anos de pesquisa. Em seguida vem: Universidade Federal da Bahia, Fundação Getúlio Vargas (SP) e Fundação Getúlio Vargas (RJ), com 9, 7 e 6 artigos publicados respectivamente. Esta informação corrobora com os dados vistos sobre as redes de co-autoria dos autores, pois, também nas IES se vê uma centralidade entre elas, visto que aproximadamente 46% destas não participam de grupos de pesquisa.

Conclui-se de maneira geral, um perfil das publicações e da evolução do tema conflitos socioambientais, analisando aspectos sobre a temática com o intuito de nortear e efetivamente contribuir com a melhoria e fomento dos artigos sobre o tema no meio acadêmico.

Este estudo, foi limitado pela amostra, pois, restringiu-se às publicações das Revistas *Qualis* B2 a A1 da área de Administração, deixando de considerar o extrato de B5 a B3 e as áreas de Economia, Contabilidade e Finanças, que poderiam acrescentar mais informações ao que foi levantado.

Sugere-se, para futuros estudos uma revisão teórica dos conteúdos abordados nos trabalhos investigados; e uma análise mais aprofundada de redes sociais utilizando para isso de outros indicadores de redes sociais.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Justiça ambiental e construção social do risco. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 5, p. 49-69, 2002.

ADULIS, D.; FISCHER, R. M. Exclusão social na Amazônia legal: a experiência das organizações da sociedade civil. **Revista de Administração da USP**, v.33, n.1, p 20-33, 1988.

ALLEBRANDT, S. L.; SIEDENBERG, D. R.; SAUSEN, J. O.; DECKERT, C. Y. Gestão social e cidadania deliberativa: uma análise da experiência dos coredes no rio grande do sul, 1990-2010. **Caderno EBAPE.BR**, v.9, n.3, p. 914-945, 2011.

ANDRADE, J. C. S. Programa berimbau: iniciativa político-institucional de regulação de conflitos socioambientais na área de Influência de costa do sauípe-BA. **RAC-Eletrônica**, v.2, n. 3, p.426-448, 2008.

ANDRADE, J. C. S.; RIBEIRO, M. T. F.; GÓES, M. de F. B.; VARGENS, E. da C. Conflitos e riscos socioambientais: análise da relação entre o complexo costa do Sauípe e atores locais. **Revista de Administração Pública**, v.37, n.2, p. 459-476, 2003.

ARAÚJO, H. C.; PIRES, J. C. L. Regulação e arbitragem nos setores de serviços públicos no Brasil: problemas e possibilidades. **Revista de Administração Pública**, v.34, n.5, p. 9-28, 2000.

BARBANTI, O. J. **Conflitos socioambientais**: teorias e práticas. Disponível em:<<http://www.uni-tuebingen.de/egwinfo/susam/download/barbanti.pdf>> Acesso em: 09 jun. 2012.

BRANDÃO, C. Pactos em territórios: escalas de abordagem e ações pelo desenvolvimento. **Organização & Sociedade**, v.15, n.45, p. 145-157, 2008.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Revistas Qualis**. Disponível em: <<http://qualis.capes.gov.br/webqualis/ConsultaListaCompletaPeriodicos>>. Acesso em: 08 jun. 2012.

CARVALHO, K.; SARAIVA JUNIOR, A.; FREZATTI, F.; COSTA, R. A contribuição das teorias do ciclo de vida organizacional para a pesquisa em contabilidade gerencial. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 11, n. 4, p. 98-130, 2010.

CUNHA, I. Insalubridade e conflito ambiental: risco e cidadania. **Revista de Administração Pública**, v.37, n. 2, p. 443-457, 2003.

FRANCISCO, E. de R. RAE-eletrônica: exploração do acervo à luz da bibliometria, geoanálise e redes sociais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 51, n. 3, p. 280-306, 2011.

FUKS, M.; PERISSINOTTO R. Recursos, decisão e poder: conselhos gestores de políticas públicas de Curitiba. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.21, n. 60, p. 67-80, 2006.

GUEDES, V. L. S.; BORSCHIVER, S. Bibliometria uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica. In: Encontro Nacional da Ciência e da Informação, 2005, Salvador. **Anais Eletrônicos...** Salvador, 2005. P.1-18.

JACOBI, P. R. Reflexões sobre as possibilidades de inovação na relação poder público-sociedade civil no Brasil. **Organização & Sociedade**, v.8, n.22, p. 91-106, 2001.

LITTLE, P. E. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. **Horizontes Antropológicos**, v. 12, n. 25, p. 85-103, 2006.

LOPES, J. S. L. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, v. 12, n. 25, p. 31-64, 2006.

MELO, M. C. de O. L. Negociação coletiva: tratamento teórico e prático. **Revista de Administração de Empresas**, v.31, n.4. p. 49-62, 1991.

OLIVEIRA, V. A. R de; CANÇADO, A. C.; PEREIRA, J. R. Gestão social e esfera pública: aproximações teórico-conceituais. **Cadernos EBAPE.BR**, v.8, n.4, 2010.

OLIVEIRA, V. C. da S.; PEREIRA, J. R.; OLIVEIRA, V. A. R de. Os conselhos gestores municipais como instrumentos da democracia deliberativa no Brasil. **Cadernos EBAPE.BR**, v.8, n.3, 2010.

RUSCHEINSKY, A. Informação, meio ambiente e atores sociais: mediação dos conflitos socioambientais. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 46, n. 3, 2010.

SÁNCHEZ, L. E. Gerenciamento ambiental e a indústria de mineração. **Revista de Administração da USP**, São Paulo v.29, n.1, p.67-75, 1994.

SOUZA, M. T.; RIBEIRO, H. C. M.; MACHADO, C. J.; CORREA, R. Perfil e evolução da pesquisa em sustentabilidade ambiental: uma análise bibliométrica. In: Encontro do ANPAD, 2011, Rio de Janeiro **Anais Eletrônicos...** Disponível em:
<<http://www.redeproadm.com.br/wp-content/uploads/2012/01/Anexo-16-Artigo-enanpad-2011b.pdf>> Acesso em: 20 jun. 2012.

TENÓRIO, F. G. Programa de estudos em gestão social. **Revista de Administração Pública**, v.34, n. 5, p. 191-198, 2000.

TENÓRIO, F. G. **Um espectro ronda o terceiro setor, o espectro do mercado**. Ijuí: Unijuí, 2008.

ZHOURI, A. Justiça ambiental, diversidade cultural e accountability: desafios para a governança ambiental. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.23, n. 68, p.97- 107, 2008.